

Sionismo - etapa final da metafísica neocolonial estadunidense



Por **LUIS EUSTÁQUIO SOARES***

A derrota da cultura sionista do ultraimperialismo estadunidense é literalmente uma questão de vida e de morte para os povos do mundo

“Eu pensei que aquelas perturbações poderiam ter origem no ovo frito cósmico.”

(José Agrippino de Paula, *PanAmerica*, p. 243).

O acordo Sykes-Picot-Sazonov de maio de 1916, significou antes de tudo a repartição/ apropriação do Império Otomano entre o imperialismo inglês e o francês. Os britânicos tinham consciência de que a região da Palestina era geopoliticamente estratégica, por ser um ponto de interseção entre três continentes: Europa, África e Ásia (ocidental).

A carta que o conde Arthur James Balfour, político e estadista britânico, enviou ao mais prestigiado representante do sionismo, à época, o Lord Rothschild, datada de 02 de novembro de 1917, em linhas gerais dizia o seguinte: “Caro Lord. Tenho o prazer de lhe dirigir, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações dos Judeus Sionistas, que foi submetida e aprovada pelo Gabinete. O Governo de Sua Majestade contempla favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu[...]”.

Essa carta, como se sabe, recebeu o sobrenome de seu remetente, Declaração de Balfour; e muito simplesmente assinalou o uso manipulatório do judaísmo com o objetivo de garantir a presença hegemônica do imperialismo britânico entre Europa, África e Ásia ocidental, região riquíssima em recursos energéticos, considerando, sobretudo no início do século XX, a guerra interimperialista ocidental pelo domínio monopólico do “sangue do capital”, no alvorecer do capitalismo fóssil, a saber: o petróleo, matéria-prima que viria a ser o epicentro geopolítico da cadeia de valor dos bens e serviços da produção econômica mundial.

O imperialismo inglês, como se sabe, não foi o primeiro a manipular a dimensão do sagrado com objetivos profanos. Essa interface entre o mundo transcendental e o mundo material é parte intrínseca de todas as sociedades baseadas na exploração da classe trabalhadora, razão pela qual se estruturam de modo metafísico, reproduzindo no destino (e com este o futuro) a origem, considerando: (i) que esta, a origem, sob o ponto de vista de classe, é representada pela classe dominante; (ii) que aquele, o destino, diz respeito à dimensão econômico-institucional da sociedade, que deve ser a imagem e semelhança dos interesses da oligarquia; origem supostamente transcendental.

Um sistema metafísico, assim, é sempre circular e a-histórico, pois circunscreve toda a dinâmica societária, inclusive o seu futuro, aos caprichos da classe dominante, sendo por isso que, por si mesma, uma estrutura social cindida entre uma classe opressora e outra oprimida é ao mesmo tempo secular e religiosa, constituindo-se como uma aporia, categoria que se define como um problema sem solução possível, como a definiu Aristóteles no Livro IV de *Física*, com o destaque para a aporia do tempo presente, em face do passado e do futuro, uma vez que o presente é o tempo que escorre pelas mãos, sendo ao mesmo tempo o passado e o futuro, esvaindo-se em cada ato de ser e de estar, dialeticamente.

Um sistema metafísico é sempre aporético, porque é ao mesmo tempo histórico-social e mitológico; profano sem deixar de se apresentar como transcendental. O modo de produção capitalista é exemplar, sob esse ponto de vista. Sua origem é o capital e seu destino é a sua reprodução ampliada.

Comparando-o com os outros modos de produção estruturados pela opressão da classe trabalhadora, como o escravista e o feudal, o capitalismo é ao mesmo tempo o mais metafísico e secular de todos; é o mais aporético. É metafísico porque tudo gira em torno da relação do capital com a sua autovalorização; tudo. É secular porque não tem essência, transformando tudo em fluxo de exploração do trabalho, inclusive guerras de espectro completo, ditadores, fanatismos religiosos, assim como os fluxos de liberdade sexual, de luta contra o patriarcado e o contra o racismo.

Ecoando o livro *Imperialismo: etapa final do capitalismo*, de Vladímir Lênin, o objetivo deste ensaio é o de analisar o sionismo como o sistema metafísico da fase imperialista do capital, sobretudo em sua versão norte-americana, constituindo-se por um triplo pilar aporético, a saber: (1) quanto à relação com o tempo transcendental, move-se do presente para o passado, em perspectiva teocrática, tendo como referência o *Antigo Testamento*; (2) quanto à relação com o tempo secular, move-se do presente para o futuro, tendo em vista objetivos expansionistas, no primeiro momento, do imperialismo inglês e, no segundo, do ultraimperialismo norte-americano; (3) quanto à interface com o espaço, almagama-se, no que diz respeito à sua origem divina e seu destino humano, com o Monte do Sinai, onde Moisés teria falado com o monoteísta Deus vulcânico, que lhe teria dito: “Vós tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águias, e vos trouxe a mim; agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes o meu concerto, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos, porque toda a terra é minha” (*Exodo*, 19-4,5).

Em linhas gerais, o sionismo, como sistema metafísico da fase imperialista do capitalismo, sobretudo em sua versão norte-americana, desdobra-se por meio de uma relação aporética entre a mística do *Antigo Testamento*, o passado do passado ou a origem da origem; com a neocolonização do futuro, sempre em movimento, em busca da conquista da terra prometida, tendo como objeto o planeta como um todo. No meio dessa aporia, há a história dos povos (ou de boa parte dela), da qual se faz sem cessar tábula rasa, como um pergaminho a ser permanentemente reescrito.

Isso torna o sionismo um sistema metafísico essencialmente revisionista, considerando: (a) o revisionismo das lutas de classes protagonizadas pelos povos e também das lutas pela emancipação feminina, das lutas contra o racismo e contra as mais variadas formas de homofobia; (b) revisionismo das guerras religiosas, como as Cruzadas medievais; (c) revisionismo do saqueio colonial contra os povos originários, seja em sua versão europeia, seja estadunidense.

Nesse contexto, mais que Theodor Herzl, a personagem histórica que está no centro sísmico do imaginário da estrutura metafísica sionista é Zeev Jabotinsky, eleito em 1921 membro do conselho executivo da Organização Sionista Mundial, sendo o fundador da Aliança Sionista Revisionista, secundada por uma escola de mercenários chamada de Betar, dedicada, sob auspícios do fascismo, a arregimentar, armar e treinar o lumpemproletariado do período, assim como a lumpen-oligarquia que fugiu da URSS.

Para realizar essa análise, propõe-se, inicialmente, uma interface com o romance *PanAmérica*, do escritor e cineasta paulista, José Agrippino de Paula, obra ficcional que pode ser interpretada como uma paródia antropofágica do sistema metafísico sionista, então identificado com a indústria cultural estadunidense, que elevou e eleva (basta considerar Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft) à potência infinitésima a dimensão revisionista do sistema metafísico do sionismo.

Sionismo como potência revisionista da fase imperialista do capital

No romance *PanAmerica*, publicado em 1967, José Agrippino de Paula conseguiu plasmar as linhas gerais da metafísica da era sionista ianque por meio de uma ficção satírica da suposta epopeia do *Livro do Êxodo*, transformado alegoricamente na

indústria cultural estadunidense. A narrativa começa com um narrador marcial e narcísico autodesignado como “eu”, um diretor, no *set* de filmagem, a comandar a realização de um filme épico sobre o *Antigo Testamento*. O foco é a travessia do Mar Vermelho, liderada por Moisés, representado pelo ator Cary Grant, não por acaso de origem inglesa; com John Wayne atuando como o Faraó do Egito.

O escritor incorporou em sua trama os atores mais famosos do cinema estadunidense no período de sua escrita. São personagens da narrativa, Marilyn Monroe, a quem o narrador disputa com o antagonista, o jogador de beisebol, Joe DiMaggio, além de Burt Lancaster, que atua no filme/romance como o Anjo do Senhor, sem contar Elizabeth Taylor, Cassius Clay, Harpo Marx e o próprio presidente de EUA, Lyndon Johnson; e muitos outros, incluindo por exemplo, *Dom Quixote*. O pano de fundo da narrativa é a temporada de golpes de Estado manietados por EUA na América Latina, a partir da década de 60, tendo como referência principal o do Brasil, de 1964.

Há um desdobramento na narrativa entre realidade e ficção. A proposta do narrador “eu”, o diretor brasileiro da epopeia sobre o *Livro do êxodo*, é a de realizar um filme ultrarrealista, em tempo real, o que levou o ator/personagem, Burt Lancaster, na cena em que, amarrado a um fio de *nylon*, atuava como o mensageiro Anjo do Senhor, a ser objeto da seguinte indignação do narrador: “Burt disse que eu poderia realizar uma sobreimpressão no negativo do filme que todos os problemas estariam resolvidos. Eu me irritei com Burt e disse que tudo que estava fazendo era em prol do realismo do filme, e que o público não acreditava nas sobreimpressões imperfeitas e borradas. Eu me tornei mais irritado com Burt quando ele começou a falar dos fios de *nylon* transparentes que o iriam prender ao helicóptero. Eu gritei irritado com Burt dizendo que eu pretendia colocar o seu dublê na cena da fuga dos judeus, mas ele é que havia insistido para ser ele mesmo o Anjo do Senhor” (DE PAULA, 1988, p. 10).

Em sua dimensão satírica, o romance de José Agrippino de Paula põe em cena, como batalha das formas, a tecnologia de poder principal do ultraimperialismo estadunidense: a onipresença de estúdios, de modo que o planeta todo se torne o seu próprio estúdio, como é possível ler no seguinte trecho da narrativa: “Eu saí do terraço e estava passeando no pátio do estúdio onde jogava vôlei um grupo de extras. Eu encontrei Elizabeth Taylor e fui dar uma volta em torno do estúdio segurando-a pela cintura” (DE PAULA, 1988, P. 32).

PanAmerica é antes de tudo um romance paródico da versão sionista estadunidense, cujo Destino Manifesto se efetiva de forma multitudinária por meio da transformação do mundo em estúdio de estúdios, de tal modo que tudo não passe de um estúdio de um estúdio anterior, não importando qual dimensão da vida se trate, inclusive de guerras e genocídios, visto que tudo é editado, reeditado, como um filme sem começo, sem meio e sem fim, como se fora um eterno êxodo e o mundo um Mar Vermelho, com uma porta-giratória entre o passado, sobredeterminado pela mística de um Deus e seu escolhido, o filho dileto, *american way of life*; e um futuro destinado a ser o tempo prometido da vinda do Messias, razão por que na narrativa de José Agrippino de Paula a filmagem epopeica do êxodo, vivida como se fosse o próprio êxodo, após interrompida por um acidente, tem como destino um novo estúdio, dessa vez diretamente de Hollywood: “Quando eu cheguei ao aeroporto eu ainda estava tomado pela minha própria inércia e pelo ruído uniforme do motor. Atravessei a multidão e os bares do aeroporto, entrei na praça e tomei um táxi. Trinta minutos depois eu estava em Hollywood e entrava no estúdio F. (DE PAULA, 1988, p. 29).

Com essa proliferação de estúdio, a própria obra se faz como estúdio dos estúdios do *Êxodo* ou estúdio dos estúdios de Hollywood, plasmando, assim, de forma paradoxalmente realista, o modo como a indústria cultural do ultraimperialismo estadunidense atualiza sem cessar a cena bíblica do Bezorro de Ouro, a saber: destruindo-o por meio sua edição sem fim, manipulando o fetichismo da mercadoria porque, no reino do capital, “tudo que é sólido e estável se desmancha no ar” (MARX, p. 43, 2010), sobretudo a história dos povos e os próprios povos, então “palestinados” e, assim, matáveis, porque não escolhidos, porque não se perspectivam de forma metafísica como o destino de uma origem divina.

É isso afinal que significa o mantra de uma “ordem mundial baseada em regras”; uma inversão total de tudo que existe, sobretudo a história dos povos e países, concebida como história de ídólatras porque povoada por gentios sem origem e sem manifesto destino monoteísta. No que diz respeito a esse último argumento, é preciso elaborar um parêntese, para

ressaltá-lo, tendo em vista a seguinte pergunta: o que é a idolatria no interior da era sionista estadunidense? Ora, se o que importa é a relação circular entre a origem e o destino, a idolatria é o que fica no meio. E o que fica no meio? No limite, é o próprio planeta Terra, o verdadeiro objeto de manipulação que deve ser recolonizado pelo povo escolhido, assim como Deus disse a Moisés: “porque toda a terra é minha”, a origem, há também de ser sua, o destino.

E por que mesmo o ator inglês, Cary Grant, foi o escolhido por José Agrippino de Paula para representar o Moisés? A resposta à essa questão é inseparável das letras que designam os estúdios: F. H. Cary Grant nesse contexto, é ele mesmo o nome de mais um estúdio, qual seja: do presente para o passado e do presente para o futuro, a saber: o estúdio-mor é o Mar Vermelho da hegemonia anglo-saxônica que tem como pano de fundo a Majestade, isto é, Deus, isto é, o rei, isto é.... seus escolhidos, como Balfour e Rothschild... É por isso que a Terra tornada estúdio deve ser infinitamente editada, para que se realize o Destino Manifesto: o mundo é do unipolar sionismo estadunidense.

O preâmbulo do sionismo: as guerras contra o império celeste

O sionismo não surgiu no início do século XX, tendo um precedente bélico fundamental, no contexto do processo expansionista/colonialista inglês, a saber: a chamada Rebelião de Taiping ou Guerra Civil de Taiping, liderada por um camponês fanatizado, Hong Xiuquan, que acreditava ser o irmão de Jesus Cristo, estando misticamente predestinado a implantar o Reino Celestial de Taiping, que se estenderia da província de Kuang-si, no sul da China, até as províncias centrais, alcançando boa parte da região de Yangtzé.

A rebelião de Taiping foi a mais sangrenta guerra civil mundial, tendo sido arquitetada pelo imperialismo inglês, que durante algum tempo e muitas vezes de forma sub-reptícia enviou seus pastores protestantes para o interior da China como forma de procurar submetê-la, também, pela religião ou, mais precisamente, pela sobredeterminação/imposição/orquestração de guerras religiosas.

Nesse contexto, o que se evidencia é a vanguarda do imperialismo inglês no uso de seus agentes protestantes como verdadeiros cavalos de Troia manietados com o objetivo de sabotar países e civilizações, desestabilizando-os. Além do complexo estratégico-bélico, de dimensão religiosa, os britânicos, no século XIX, arquitetaram outro, o do uso do ópio como, também, arma de guerra, assim descrito por Marx em artigo publicado no periódico norte-americano, *New-York Daily Tribune*, em 20 de maio de 1853, com o sugestivo título de “A revolução na China e na Europa”, ao escrever: “A contribuição que China teve que pagar à Inglaterra pela infortuna guerra de 1840, com o imenso consumo improdutivo do ópio e com a influência destrutiva da concorrência estrangeira na manufatura do país e com a desmoralização da administração pública, com o acréscimo de mais e mais impostos” (MARX, s.d, p.17).

De 1839 a 1864, China foi objeto de três guerras articuladas pela Inglaterra: a Primeira Guerra e a Segunda Guerras do Ópio; e a Guerra de Taiping, de caráter religioso, camponês e messiânico. Um consórcio de países, como EUA, Rússia, França, juntou-se aos britânicos para derrotar o Império Celeste, com o objetivo de saqueá-lo e submetê-lo integralmente ao Ocidente, colonizando-o por meio de imposição de relações capitalistas de produção, com destaque para trocas desiguais, a fim de gerar dependência econômica, cultural, tecnológica e também biopolítica.

Se, entretanto, retomarmos o artigo de Marx a partir mesmo de seu título, “A revolução na China e na Europa”, é possível observar um equívoco e ao mesmo tempo um singular acerto analítico do autor de *O capital* (1864). O primeiro (um erro de interpretação) se deveu ao fato de ter partido do pressuposto de que na China ocorreria uma revolução contra a última Dinastia do Império Celeste, a Qing (1644-1912). Tratava-se, na verdade, de uma guerra sem quartel e sem limites, levada a cabo pelo hoje chamado Ocidente coletivo contra uma civilização milenar, ainda, é verdade, estruturada por formações econômico-sociais não capitalistas. O segundo (lucidez marxiana) derivou da objetivação de que o século XIX, o da emergência da fase imperialista do capital, foi o cenário histórico da mundialização do sistema colonial-capitalista-

imperialista do Ocidente.

As guerras opiáceas e religiosas ocidentais contra a Dinastia Qing, convergindo com uma colheita insuficiente na Europa, no período em tela, causaria, segundo Marx, uma “alta nos preços da carne, dos cereais e todos os demais produtos agrícolas” (Marx, s.d, p.20), tendo como consequência a emergência de um processo revolucionário no interior do continente europeu, o que de fato ocorreu, com epicentro nas Revoltas Populares de 1848; e tudo que seguiu depois com a gradativa organização/unidade da classe operária, com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, referenciada na importância da mundialização da luta de classes e também e talvez sobretudo, com a emergência do marxismo, a partir da parceria de Engels e Marx, iniciada em 1844, porque, como dizia Lênin, em 1902, “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário” (LÊNIN, 2010 p. 81).

Há, entretanto, na dialética das guerras entre classes, o lado dos donos dos meios de produção e, nesse caso específico, o lado do imperialismo inglês. Era fundamental destruir a unidade revolucionária da classe trabalhadora no interior da Europa. A invenção do sionismo foi, nesse contexto, mais que uma reação, uma síntese dialética que teve como referência a manipulação da guerra religiosa, transformada igualmente em guerra do ópio. Tratou-se, no caso, de um efeito bumerangue, europeizando e mesmo mundializando as guerras realizadas contra o Império Celeste entre 1839 a 1864.

Se, por exemplo, em *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), o jovem Marx tenha assinalado, ao menos na Alemanha do período, que a crítica da religião, como pressuposto de toda crítica, havia alcançado o seu fim em função de que a religião seja “o ópio do povo” (MARX, 2010, p. 145), não o fez porque estivesse sendo anticlerical ou defendendo o ateísmo, posturas tipicamente pequeno-burguesas. Não há na frase citada uma crítica à fé em Deus, mas uma compreensão de que a religião faz parte da cultura do oprimido, em um mundo embrutecido e sequestrado pela opressão de classe.

Por outro lado, talvez seja o caso de pensar essa inesquecível metáfora de Marx, “a religião é o ópio do povo”, não sob o ponto de vista do oprimido, mas do opressor, na era da emergência do imperialismo e da mundialização da guerra do ópio e da guerra religiosa contra os povos do mundo, a partir das guerras que Ocidente travou contra a China.

Os três sistemas metafísicos do Ocidente expansionista

Quando se fala em Ocidente, entretanto, é preciso especificar? Qual Ocidente? O das lutas camponesas contra a servidão feudal? O da Revolução Francesa? O do Iluminismo, compreendido como filosofia da burguesia revolucionária? O das revoltas populares de 1848? O da Comuna de Paris de 1871? O da Primeira Internacional? O da teoria revolucionária dos operários do mundo, o marxismo? Não restam dúvidas: trata-se do Ocidente oligárquico do período de emergência do imperialismo, com a liderança dos britânicos até no máximo a primeira metade do século XX.

Isso significa que o sionismo é um fenômeno metafísico ocidental da era imperialista do capital, era da oligarquia monopolista. Para compreender melhor a extensão desse argumento, é preciso focar na história do cristianismo, religião cujos crentes seguem a palavra de Jesus Cristo, o filho, tendo como referência a ser evangelizada não os nobres, ou os fiéis, mas os gentios, os infiéis ou, para ficar no contexto deste ensaio, os idólatras.

Era, pois, o cristianismo, uma religião de vocação universal e popular, clandestina no interior do Império Romano, motivo pelo qual os cristãos eram perseguidos. O imperador Constantino banuiu a perseguição aos cristãos em 313, sendo considerada uma religião oficial do Estado romano com Teodósio, em 380, período a partir do qual o cristianismo passou a ser manipulado pela oligarquia romana e, ato contínuo, pela oligarquia feudal, com seus monarcas católicos, seguidos por séquitos e séquitos de aristocratas aureolados por um sistema metafísico de base monoteísta, como se fossem os legítimos “filhos” de Deus, destinados a iniciar a empresa colonial com o protagonismo de Portugal e Espanha.

No dia 31 de outubro de 1517, por sua vez, o cristianismo católico, com sua metafísica feudal, mais que um abalo, sofre um revisionismo dos novos tempos com as 95 teses de Martinho Lutero, apresentadas na Igreja de Castelo, em Wittenberg.

Surge a versão protestante do cristianismo, inseparável da economia de mercado, sob o domínio da Inglaterra, com o Anglicanismo, seguida, logo após, pela Alemanha luterana.

Nesse contexto, o sionismo pode ser compreendido como o terceiro momento, no interior do Ocidente unipolar e oligárquico, de revisionismo religioso, representando metafisicamente a fase imperialista do capital ocidental, tendo como origem não mais o filho, mas o Deus/pai do *Antigo Testamento*, inominável, como o disco solar que fascinou Moisés, refletido, como a quintessência do fetichismo da mercadoria, no capital financeiro, esse estúdio-mor ao mesmo tempo opiáceo e religioso de guerra sem quartel contra a economia produtiva.

A era estadunidense do sionismo

No livro *Sete ensaios de interpretación sobre a realidade peruana*, publicado em 1928, o teórico marxista José Carlos Mariátegui escreveu o seguinte no capítulo intitulado “Teses ideológicas: o problema das raças na América Latina: “A Internacional Comunista combateu, no que se refere à raça negra, essas campanhas de fomento do sionismo negro na América Latina” (MARIÁTEGUI, 2012, P. 400).

Qual era o contexto? Depois de ter realizado um minucioso estudo sobre a composição étnica dos povos latino-americanos, com destaque para os índios nos Andes e os negros no Brasil e Cuba, Mariátegui defendeu com lucidez a importância de compreender a dimensão econômico-social do problema das raças na América-Latina, não sendo circunstancial que as burguesias estimulassem um enfoque exclusivamente racial, “evitando sua identidade com os proletários mestiços e brancos, como elementos de uma mesma classe produtora e explorada” (MARIÁTEGUI, 2012, p. 399).

Ora, se o sionismo se constitui como a estrutura metafísica da era imperialista e monopólica do capital, nos termos deste ensaio, incorpora dialeticamente tanto o cristianismo católico (medieval e colonial) quanto o protestantismo anglicano e luterano, impondo por todos os lados a seguinte sentença de morte às lutas de classes sob o ponto de vista da classe trabalhadora e dos povos submetidos: “Siga o canto de sereia do imperialismo, sendo a sua própria terra prometida como negro, índio, mulher, homoafetividade, e pasmem!, também, na era ianque, como fascista, como extrema-direita, como *hétero*, como branco.

Se, ser, nesse caso, é ser o destino de uma origem, na era do ultraimperialismo estadunidense, o sionismo, sob o invólucro do *american way of life*, reeditou as Guerras do Ópio e de Taiping, tendo em vista seus dois períodos: o da primeira Guerra Fria, iniciada em 1947, tendo como paradigma biopolítico a juventude transviada e o consumo de droga, aliás intensificado durante a Guerra do Vietnã, com o objetivo de drogar os vietnamitas e assim submetê-los aquém do combate propriamente militar.

Foi, a primeira guerra fria, o período do Destino Manifesto do *Rock and Roll*, essa pantomima das lutas de classe sob o ponto de vista do trabalho; da geração *Woodstock*, do, enfim, sionismo mais que jovem, adolescente, argumento apresentado em diálogo com uma curiosa passagem de *PanAmerica*, em que o representante do cinema europeu, o produtor cinematográfico italiano, Carlos Ponti, trava uma intensa disputa antropofágica com seu antagonista, que representa a indústria cultural estadunidense, DiMaggio. Com a vitória do primeiro, que assim comemora: “Il gineceu degli adolescenti è di mia proprietà e tutti saranno trasportati a Cinecittà” (DE PAULA, 1988, 322).

O contexto do período era de crise da hegemonia estadunidense, com países como França, por exemplo, acumulando ouro a fim de fugir da dependência dos ianques. José Agrippino de Paula, na passagem em questão, sugeriu a vitória do cinema europeu sobre a indústria cultural estadunidense. Cinecittà mais que a Hollywood italiana, representa, na narrativa, a tradição cultural laica do cinema europeu, mais realista e consequente. O mais importante, entretanto, é a palavra usada para designar o sionismo estadunidense: adolescente, logo imaturo, independentemente da idade, do gênero e da raça.

O período da primeira guerra fria do ultraimperialismo ianque foi o do presente dilatado, incorporando em si o passado e o

futuro. Daniel Bell o chamou de pós-ideológico e Fukuyama de época do fim da história. O momento atual, por sua vez, é o da segunda guerra fria, iniciada, para marcar uma data relevante, com o fim da União Soviética em 1991. E por quê?

A razão não é outra senão porque a primeira guerra fria teve como objetivo principal a derrota da URSS, vencida não propriamente porque tornou-se dependente do ópio, como à época da Guerra do Ópio contra a China, mas porque os Estados Unidos editaram, em tempo real e cinematograficamente uma cultura opiácea mundial, uma verdadeira paródia de uma sociedade comunista, porque ancorada no fetichismo do reino da liberdade, tendo o jovem drogado e corporalmente emancipado das culpas produzidas no interior da civilização europeia como a sua expressão metafísica, quer dizer, publicitária.

Com o fim da União Soviética, chegou o momento do sionismo assumir a sua “identidade verdadeira”, tendo sobretudo o *Antigo Testamento* como referência onipresente. O estúdio semilaico da primeira guerra fria, e nem por isso menos metafísico, cede lugar à edição sem fim do Bezerro de Ouro ou, dizendo de outro modo, do idólatra, traduzido como laicidade, luta de classes, marxista, China, Rússia, Irã, Nicarágua, Cuba, Venezuela, enfim, como tudo que não seja o Destino Manifesto da origem calvinista do monoteísmo sionista do ultraimperialismo ianque.

Retoma-se, assim, o modo como Mariátegui concebia o sionismo, mas em escala ampliada, a ser editada pela confissão de si, de sua particularidade separada, como lugar de fala próprio, essencial, excepcional, escolhido. Se à época da primeira guerra fria, o sionismo jovem (do adolescente) ainda continha uma versão leiga e potencialmente comum (todos os jovens são o Destino Manifesto), tendo como consequência mais deletéria o cancelamento revisionista do passado e sobretudo do passado épico das lutas de classes operárias, porque, afinal, o mundo foi editado para ter a idade da juventude (e ponto final, “e que tudo mais vá para o inferno”, como cantava Caetano Veloso), agora não é mais assim, porque está proibido misturar-se; está proibido ser laico e, ao menos neste lugar do mundo chamado Ocidente unipolar, já não é mais possível o *Cinecittà*, isto é, o cinema de uma linguagem comum, universal, ecumênica.

O sionismo do ultraimperialismo ianque puritano e neopentecostal da segunda guerra fria tomou de assalto o Ocidente, à esquerda e à direita, com uma diferença, sua versão *fake* esquerdista, também chamada de cultura *woke*, está totalmente atomizada e detém um potencial de explosão da memória coletiva em escala incomparavelmente pior que a reificação da juventude da primeira guerra fria, porque agora cada vez mais são os homens, todos os homens, sobretudo se laicos, que são cancelados, sobretudo os da classe operária, assim como todos os brancos, os *héteros*, não importando se seus nomes sejam os de Marx, Engels, Franz Kafka, Fidel Castro, Che Guevara, Carlos Drummond de Andrade, Graciano Ramos, assim como tudo que se insinue como luta de classes, sob o prisma do trabalhador e, ainda que hipocritamente digam, “agora é a vez da interseção entre raça, gênero e classe”, esta última, a classe, efetivamente jamais vem ao caso, simplesmente porque o sionismo a si mesmo se edita para sabotar a emancipação dos povos, as lutas de classes, de modo que a própria posta em cena de interseção entre raça, gênero e classe não passa de uma edição; uma forma de esconjurar os idólatras da secularidade, fazendo uso de malabarismos teóricos.

O sionismo e o extermínio da “humanidade indígena”

Se, por outro lado, o sionismo deva ser analisado como a fase metafísica imperialista, sobretudo anglo-saxônica, da expansão ocidental, isso não significa que seja um rompimento em relação ao catolicismo medieval-colonizador, assim como em relação ao protestantismo capitalista. Sua potência de estúdio implica a possibilidade de atualizar indefinidamente as metafísicas oligárquicas (e religiosas) do Ocidente. É por isso que sua versão propriamente neopentecostal, com os evangélicos, tem como função-estúdio a evangelização sionista dos leigos, de quaisquer, incluindo os próprios sionistas *progres*, *wokes* e também o islamismo, como ocorre já há algum tempo com sua versão política, especificamente vinculada ao projeto de reinstalação do Califado, base da militância metafísica da Irmandade Muçulmana desde sua versão propriamente inglesa, fundada pelo professor egípcio Hassan El-Banna, na verdade um agente do imperialismo inglês manietado para sabotar a Revolução Egípcia de 1919, de caráter nacional, contra a ocupação britânica.

a terra é redonda

Esse cenário, se persiste no tempo e no espaço, fará com que o Ocidente unipolar venha a ser predominantemente governado pela extrema direita, empurrando as esquerdas para o limbo ou, se muito, para cotas parlamentares. E assim tende a ser porque, em face da crise geral da civilização ocidental, o sionismo passa a ser editado como guerra total contra os povos, contra o mundo multipolar, com as fúrias dos “novos Moisés”, reencarnados como fascistas a fim de esconjurar violentamente a soberania nacional, a descolonização/desocidentalização efetiva sobretudo dos três “As”, América Latina, Ásia e África.

E o que é mesmo o sionismo? É a nova Cruzada unipolar do Ocidente, contra os povos, contra a humanidade multipolar, com uma especificidade, associada ao processo de colonização por assentamento. Que significa? Significa o modelo de colonização-fundação de EUA, da Austrália, de Canadá e também, em outro contexto, do Brasil. Significa colonizar a terra prometida eliminando os povos originários.

Com o advento da Inteligência Artificial e o consequente avanço da robótica e de processos de digitalização (com seu Moisés da função algoritmo cancelando idólatras laicos), impulsionados pela nanotecnologia e a biotecnologia, o sionismo do ultraimperialismo estadunidense ou simplesmente do mundo unipolar ocidental tem como projeto uma recolonização dos povos do mundo, sobretudo da América Latina, África e Ásia, concebidos novamente como povos originários e como tais devem ser a dizimados para que a Terra, o planeta, seja o destino integral da metafísica da oligarquia do Ocidente.

O sionismo é, assim, o racismo ocidental em sua quintessência e seus puritanos lugares de fala, assim como seus fascistas, da atualidade, em seu interior, são apenas ferramentas a serem editadas e reeditadas com o objetivo neomalthusiano de eliminação radical da população planetária.

Nesse cenário distópico, não existirá terra prometida nem para a questão de gênero, de raça e muito menos de classe, e assim também para os fascistas. Após o Armagedon sionista contra os palestinos povos do mundo, a terra prometida será a da oligarquia ocidental – e que tudo mais vá por inferno! Isso é o que está posto, com o culto ao “ovo frito cósmico”, para retomar a epígrafe deste ensaio.

Somos todos, pois, palestinos! E a derrota da metafísica cultura sionista do ultraimperialismo estadunidense é literalmente uma questão de vida e de morte para os povos do mundo – uni-vos!

***Luis Eustáquio Soares** é professor titular do Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Referências

A Bíblia Sagrada: *Antigo e Novo Testamento*. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

Aristóteles. *Física*. Tradução: Guillermo de Echandía. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *Que fazer: problemas candentes de nosso movimento*. Tradução: Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas en América Latina. In.: *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 8ª edição. Minerva: Lima, 2012.

SCHMITT, Carl. *Teología política*. Tradução: Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

a terra é redonda

MARX, Karl. La revolución em China y em Europa. *In.*: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Acerca de colonialismo*. Moscú: Editorial Progreso, S/D.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução: Rubens Enderde e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo: 2010.

PAULA, José Agrippino de. *PaNamerica*. 2ª edição. São Paulo: Max Limonad, 1988.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)